

A POPULORUM PROGRESSIO HOJE

Celebramos este ano o cinquentenário da publicação da encíclica *Populorum progressio*, do Papa Paulo VI.

É também nessa encíclica que tem origem o Conselho Pontifício Justiça e Paz (hoje integrado no Dicastério para o Desenvolvimento Integral - conceito este que também tem a sua origem nesta encíclica, como veremos) e, subsequentemente, as várias comissões nacionais e diocesanas *Justiça e Paz*. A conferência europeia das comissões *Justiça e Paz* comemorou, há cerca de um mês, este aniversário com uma peregrinação a Taizé. A comissão alemã também comemora este ano cinquenta anos e a comissão espanhola vai comemora-los em breve. A nossa é mais recente...

Um marco na história da doutrina social da Igreja

Podemos considerar esta encíclica do Papa Paulo VI como um marco da história da doutrina social da Igreja, que alguém já equiparou à *Rerum novarum*, do Papa Leão XIII. Podemos dizer que a questão social originada pela industrialização, que pela primeira vez foi abordada de forma sistemática numa encíclica papal na *Rerum novarum*, no final do século XIX, passou a ser encarada numa dimensão universal a partir da *Populorum progressio*. O “próximo” a quem amar e a quem “fazer justiça” passou a ser qualquer habitante do planeta.

Que esta encíclica é um marco da história da doutrina social da Igreja, demonstra-o, além do mais, o facto de ser sucessivamente assinalada em encíclicas posteriores.

Assim, a assinalar os vinte anos da *Populorum progressio* foi publicada a *Sollicitudo rei socialis* pelo Papa João Paulo II.

Nesta outra encíclica, João Paulo II salienta, a propósito da *Populorum progressio*, a continuidade e o renovamento constante da doutrina social da Igreja. Afirma: «Com efeito, continuidade e renovamento constituem uma comprovação do *valor perene* do ensino da Igreja» (n. 2). «Esta dupla conotação é típica desse ensino, também na esfera social. Aqui, a doutrina, por um lado, é *constante*, porque se mantém idêntica na sua inspiração de fundo, nos seus “princípios de reflexão”, nos seus “critérios de julgamento”, nas suas basilares “diretrizes de ação” e, sobretudo, na sua ligação vital com o Evangelho do Senhor; por outro lado, é sempre *nova*, porque está sujeita a necessárias e oportunas adaptações, sugeridas pela mudança das condições históricas e pelo incessante fluir dos acontecimentos, que incidem no desenrolar da vida dos homens e das sociedades» (n. 3).

Numa linha de continuidade, a *Populorum Progressio* é apresentada, na *Sollicitudo rei socialis* como uma «aplicação do ensinamento conciliar em matéria social ao problema específico do *desenvolvimento* e do *subdesenvolvimento dos povos*.» (n. 7), como a resposta ao apelo contido no início da Constituição *Gaudium et Spes*: «As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens do nosso tempo,

sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos do Cristo; e nada existe de verdadeiramente humano que não encontre eco em seu coração». A miséria e o subdesenvolvimento eram, como outros nomes, as «tristezas e as angústias» de então (e são-no ainda hoje), «sobretudo dos pobres» (n. 6)

Como novidades da *Populorum progressio*, salienta a *Sollicitudo rei socialis* três pontos: o próprio facto de se tratar de um documento destinado, simultaneamente, à Igreja e «a todos os homens de boa vontade», sobre um assunto que à primeira vista é só económico e social: o desenvolvimento dos povos (n. 8) - ou seja, fica claro que esta temática, porque tem uma dimensão ética e cultural, não é alheia à Igreja; a abertura de horizontes da chamada «questão social» a uma dimensão mundial (n. 9) - questão a que já me referi há pouco; e a conceção do desenvolvimento como «o novo nome da paz». Afirma a *Sollicitudo rei socialis* (n. 10) que esta frase, constante do parágrafo conclusivo do documento, pode ser considerada a fórmula que o resume e que lhe dá uma classificação histórica (sobre ela falarei adiante).

A *Sollicitudo rei socialis*, ao evocar a importância da mensagem da *Populorum progressio* vinte anos depois, entre outras ideias, apontou a divisão do mundo em blocos como um dos maiores obstáculos ao “progresso dos povos”. Uma mensagem que se veio a revelar profética, transmitida por um Papa cuja ação contribuiu de forma decisiva para que essa divisão fosse superada. É claro que hoje há outras divisões e obstáculos ao “progresso dos povos”...

A *Populorum progressio* voltou a ser evocada de forma especial numa encíclica mais recente, a *Caritas in veritate*, do Papa emérito Bento XVI.

Nesta, Bento XVI salienta também a perenidade e constante novidade da doutrina social da Igreja (uma ideia também aplicável ao magistério do Papa Francisco). Afirma (n. 12):

«A ligação entre a *Populorum progressio* e o Concílio Vaticano II não representa um corte entre o magistério social de Paulo VI e o dos Pontífices seus predecessores, visto que o Concílio constitui um aprofundamento de tal magistério na continuidade da vida da Igreja. Neste sentido, não ajudam à clareza certas subdivisões abstratas da doutrina social da Igreja, que aplicam ao ensinamento social pontifício categorias que lhe são alheias. Não existem duas tipologias de doutrina social — uma pré-conciliar e outra pós-conciliar —, diversas entre si, mas um *único ensinamento, coerente e simultaneamente sempre novo*. É justo evidenciar a peculiaridade de uma ou outra encíclica, do ensinamento deste ou daquele Pontífice, mas sem jamais perder de vista a coerência do *corpus* doutrinal inteiro. Coerência não significa reclusão num sistema, mas sobretudo fidelidade dinâmica a uma luz recebida. A doutrina social da Igreja ilumina, com uma luz imutável, os problemas novos que vão aparecendo. Isto salvaguarda o carácter quer permanente quer histórico deste “património” doutrinal, o qual, com as suas características específicas, faz parte da Tradição sempre viva da Igreja. A doutrina social está construída sobre o fundamento que foi transmitido pelos

Apóstolos aos Padres da Igreja e, depois, acolhido e aprofundado pelos grandes Doutores cristãos. Tal doutrina remonta, em última análise, ao Homem novo, ao “último Adão que Se tornou espírito vivificante” (1 Cor 15, 45) e é princípio da caridade que “nunca acabará” (1 Cor 13, 8). É testemunhada pelos Santos e por quantos deram a vida por Cristo Salvador no campo da justiça e da paz. Nela se exprime a missão profética que têm os Sumos Pontífices de guiar apostolicamente a Igreja de Cristo e discernir as novas exigências da evangelização. Por estas razões, a *Populorum progressio*, inserida na grande corrente da Tradição, é capaz de nos falar ainda hoje».

Na *Caritas in veritate* é também salientada a ligação da mensagem da *Populorum progressio* a outras dimensões do magistério do Papa Paulo VI. Assim, a propósito da *Humanae vitae*, é posta em relevo a ligação (muitas vezes esquecidas por diferentes sensibilidades dentro da Igreja) entre a ética da vida e a ética social, com uma alusão à encíclica de João Paulo *Evangelium vitae* (n. 12).

A *Caritas in veritate* aprofunda a noção de “desenvolvimento humano integral” inicialmente apresentada pela *Populorum progressio*, enriquecendo-a com as dimensões da caridade e da verdade.

Vemos, assim, como a mensagem da *Populorum progressio* se manteve atual e fecunda nessas duas ocasiões

Atualidade da *Populorum progressio* – o desenvolvimento humano integral

Mas o que dizer, hoje, da relevância e atualidade da *Populorum progressio*?

Numa época em que mundo estava dividido em blocos ideológicos, esta encíclica colocou em evidência uma outra dilacerante divisão planetária: entre pessoas e povos ricos e pobres: «Os povos da fome dirigem-se hoje, de modo dramático, aos povos da opulência. A Igreja estremece perante este grito de angústia e convida cada um a responder com amor ao apelo do seu irmão» (3). Hoje, que foi derrubada essa barreira ideológica, persiste a barreira entre ricos e pobres.

O primeiro capítulo da encíclica é dedicado à noção que ela apresenta de *desenvolvimento humano integral*. E que explicita como o *desenvolvimento de todos os homens e do homem todo*. Trata-se de ir de encontro à aspiração de *realizar, conhecer e possuir mais, para ser mais* (6). O crescimento económico é positivo apenas quando é instrumento para *ser mais*.

O desenvolvimento, pessoal e comunitário, é um dever que corresponde aos desígnios de Deus. E supõe a abertura a Deus, fonte do verdadeiro humanismo. Diz a encíclica (42), citando Henri de Lubac: «O homem pode organizar a terra sem Deus, mas "sem Deus só a pode organizar contra o homem. Humanismo exclusivo é humanismo desumano".» Porque o homem, «longe de ser a norma última dos valores, só se pode realizar a si mesmo, ultrapassando-se. Segundo a frase, tão exata de Pascal: "O homem ultrapassa infinitamente o homem"».

Esta noção de *desenvolvimento humano integral (do homem todo e de todos os homens)* serve hoje de inspiração a toda a ação de um dicastério da Santa Sé, em cujo âmbito se inserem as comissões *Justiça e Paz*, tal como outros organismos de ação social da Igreja.

Uma noção que vem sendo explicitada e aprofundada em encíclicas posteriores, como as já referidas encíclicas *Sollicitudo rei socialis* e *Caritas in veritate*.

Assim, afirma a *Sollicitudo rei socialis* (n. 9): «O verdadeiro desenvolvimento *não pode* consistir na simples acumulação de riqueza e na maior disponibilidade dos bens e dos serviços, se isso for obtido à custa do subdesenvolvimento das multidões, e sem a consideração devida pelas dimensões sociais, culturais e espirituais do ser humano».

E a *Caritas in veritate* (n. 1): «A caridade na verdade, que Jesus Cristo testemunhou com a sua vida terrena e sobretudo com a sua morte e ressurreição, é a força propulsora principal para o verdadeiro desenvolvimento de cada pessoa e da humanidade inteira. O amor — “*caritas*” — é uma força extraordinária, que impele as pessoas a comprometerem-se, com coragem e generosidade, no campo da justiça e da paz. É uma força que tem a sua origem em Deus, Amor eterno e Verdade absoluta. Cada um encontra o bem próprio, aderindo ao projecto que Deus tem para ele a fim de o realizar plenamente: com efeito, é em tal projecto que encontra a verdade sobre si mesmo e, aderindo a ela, torna-se livre (cf. *Jo* 8, 32). Por isso, defender a verdade, propô-la com humildade e convicção e testemunhá-la na vida são formas exigentes e imprescindíveis de caridade. Esta, de facto, “rejubila com a verdade” (*I Cor* 13, 6). Todos os homens sentem o impulso interior para amar de maneira autêntica: amor e verdade nunca desaparecem de todo neles, porque são a vocação colocada por Deus no coração e na mente de cada homem. Jesus Cristo purifica e liberta das nossas carências humanas a busca do amor e da verdade e desvenda-nos, em plenitude, a iniciativa de amor e o projeto de vida verdadeira que Deus preparou para nós. Em Cristo, a *caridade na verdade* torna-se o Rosto da sua Pessoa, uma vocação a nós dirigida para amarmos os nossos irmãos na verdade do seu projecto. De facto, Ele mesmo é a Verdade (cf. *Jo* 14, 6)».

De há cinquenta anos para cá, também em vários âmbitos políticos e académicos se vem consolidando uma noção de desenvolvimento que vai para além do crescimento económico.

Assim, por exemplo, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), sob influência dos trabalhos do prémio Nobel da economia Amartya Sen, adota a noção de “desenvolvimento humano”, com os respetivos índices, dando particular relevo à saúde e à educação, para além dos rendimentos.

O Reino do Butão vai um pouco mais longe e introduz a noção de *felicidade interna bruta*, inspirada nos valores budistas, onde se inclui a harmonia social e a harmonia com a natureza.

Vêm sendo aprofundados estudos sobre a relação entre a economia e a felicidade, que por vezes conduzem ao chamado «paradoxo da felicidade na economia», ou seja, a falta de sintonia entre aumentos de rendimento, para além de níveis muito baixos, e sensação de felicidade. O que pode ter explicações várias: uma delas a de que o aumento de rendimento induz à busca contínua e incessante de novos bens para obter o mesmo nível de satisfação. Está demonstrado empiricamente que são mais felizes as pessoas altruístas e as pessoas que vivem relações afetivas profundas e estáveis. Vem sendo estudada a relevância, até na própria vida económica, dos chamados bens relacionais, em que a própria relação é um bem em si mesmo (um bem intrínseco), e não simples instrumento de obtenção de outros bens.¹

No livro *How much is enough – Money and the Good Life* (Penguin Books, Londres, 2013), Robert e Edward Skidelsky questionam também a ideia de que a acumulação de riqueza conduz à “vida boa” de que já falava Aristóteles. Aludem à previsão de Keynes, segundo o qual a satisfação das necessidades básicas levaria a que as pessoas não tivessem que trabalhar mais do que quinze horas por semana, previsão que, evidentemente, não se realizou, com sacrifício para a “vida boa”. Esta é composta por bens básicos como a saúde, a segurança no emprego, o respeito, o livre desenvolvimento da personalidade, a harmonia com a natureza, a amizade. Sugerem medidas políticas que favoreçam essa “vida boa”, como a redução dos horários de trabalho, a tributação acrescida do consumo de bens supérfluos e a limitação da publicidade. São acusados de paternalismo, pois será a cada pessoa, e não ao Estado, que cabe definir esse conceito de “vida boa”.

Na verdade, podemos questionar que papel cabe aos poderes públicos na promoção do *desenvolvimento humano integral*, como o entende a doutrina social da Igreja na esteira da *Popolorum progressio*, considerando que este desenvolvimento assume até uma dimensão religiosa estranha a um Estado laico

Sobre esta questão, poderá ser útil o livro do professor de História das Doutrinas Morais e de Filosofia da História da Universidade Católica de Milão Giacomo Samek Lodovici *La socialità del bene – Riflessioni di etica fondamentale e politica sul bene comune, diritti umani e virtù civili* (Edizioni ETS, Pisa, 2017). Na linha da doutrina social da Igreja, esta autor parte de uma conceção do bem comum não como soma de bens individuais, nem como bem de um todo superior às partes, mas como o bem de todos e de cada um. Parte de uma antropologia relacional e não individualista. Afasta a ideia de inelutabilidade de uma relação apenas conflitual ou utilitária com o “outro”: a pessoa é capaz de verdadeiro altruísmo e de verdadeiro amor, é capaz de querer o bem do “outro” em si mesmo. A vida associada não é apenas um meio através do qual cada um prossegue o seu bem individual, é ela própria um fim e um elemento crucial do bem de cada pessoa, porque esta, naturalmente social, realiza-se na relação como o “outro”. A

¹ Ver, sobre estas questões, os escritos de Luigino Bruni como *Le nuove virtù del mercato nell'era dei beni comuni*, Città Nuova, 2012, pgs. 197 a 234, onde também se referem os trabalhos da filósofa Martha Nussbaum, do sociólogo Pierpaolo Donati, do politólogo Carole Uhlaner e do economista Benedetto Gui.

relacionalidade não é uma dimensão acessória da existência, é constitutiva da identidade da pessoa. A política tem a tarefa de respeitar, desenvolver e enriquecer esta dimensão.

Esta concepção não se confunde, porém, com alguma forma de paternalismo. O Estado não pode constranger os cidadãos à virtude ou à amizade com os outros cidadãos (e menos ainda à amizade com Deus). A liberdade é a condição (imprescindível) da possibilidade do exercício de atos moralmente bons. O Estado pode, e deve, antes, promover as comunidades onde espontaneamente se vivem tais virtudes (a primeira das quais é a família).

O desenvolvimento, o destino universal dos bens e o mercado

A *Populorum progressio* reafirmou o princípio do destino universal dos bens, ao qual devem subordinar-se os direitos de propriedade e de comércio livre. Por isso, «o supérfluo dos países ricos deve pôr-se ao serviço dos países pobres» e «a regra que existia outrora em favor dos mais próximos, deve aplicar-se hoje à totalidade dos necessitados do mundo inteiro» (n. 49).

Denunciou o desequilíbrio crescente na distribuição dos rendimentos (n. 8): «(...) não resta dúvida alguma de que o equipamento existente está longe de bastar para se opor à dura realidade da economia moderna. Entregue a si mesmo, o seu mecanismo arrasta o mundo, mais para a agravação do que para a atenuação da disparidade dos níveis de vida: os povos ricos gozam de um crescimento rápido, enquanto os pobres se desenvolvem lentamente. O desequilíbrio aumenta: alguns produzem em excesso géneros alimentícios, que faltam cruelmente a outros, vendo estes últimos tornarem-se incertas as suas exportações».

Confiar cegamente nas regras do mercado (instrumento que tem as suas virtualidades) não conduz ao desenvolvimento *de todos os homens* e gera desigualdades e injustiças. Isso era evidente há cinquenta anos e hoje (quando as desigualdades se acentuaram como nunca, apesar da diminuição da pobreza absoluta) continua a sê-lo.

Diversos estudos dão conta do acentuar das desigualdades de rendimentos no mundo inteiro.

Por exemplo, um estudo da organização *Oxfam International*, de 2015, intitulado *Working for the few*, revela que, no plano mundial, os 10% mais ricos detêm 84% da riqueza e os 70% mais pobres detêm apenas 3%. Sete em cada dez pessoas habitam países onde as desigualdades se acentuaram nos últimos trinta anos. Nos Estados Unidos, a crise financeira não reduziu as desigualdades. Portugal situa-se entre os países de “desigualdade média”, em que os 10% mais ricos detêm mais de 50% da riqueza.

Salienta esse estudo que alguma desigualdade pode ser reflexo da compensação do esforço e do mérito, mas os níveis de desigualdade hoje prevalentes vão muito para além disso. E traduzem-se não apenas numa desigualdade de resultados, mas numa desigualdade de oportunidades, uma desigualdade à partida, que para muitos impede ou dificulta o acesso à educação e ensino. Entre os fatores que explicam tão forte

desigualdade contam-se as distorções do sistema fiscal: evasão, paraísos fiscais, reduzida tributação dos rendimentos de capitais face aos rendimentos do trabalho.

Um outro estudo, também desse ano, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (O.C.D.E.), intitulado *In it together – why less inequality benefits all*, revela que os níveis de desigualdade atingem atualmente o máximo dos últimos trinta anos. Na década de 80 do século passado, a proporção entre os recursos dos 10% mais ricos e os 10% mais pobres era de um para sete. Hoje é de um para dez. Numa lista de 33 países, Portugal ocupa o sétimo lugar dos mais desiguais. Como indica o título deste outro estudo, a desigualdade a todos prejudica no longo prazo, pois retira oportunidades de investimento na educação e formação, o que funciona como travão do crescimento económico.

A globalização económica tem contribuído para um aumento global da riqueza e também, nalguns países, para a redução da pobreza. Mas os seus frutos têm sido repartidos de forma muito desigual, como se vê.

Há quem diga que a desigualdade será o preço a pagar pelo crescimento económico. Também se tem dito, a propósito das desigualdades, que nem sempre a riqueza de uns corresponde à pobreza de outros, como se se tratasse de um jogo de soma – zero em que aquilo que uns ganham, outros perdem. A criação de riqueza pode beneficiar a todos num jogo em que todos ganham (*win-win*). É célebre a imagem do bolo: mais do que repartir um bolo, é importante fazê-lo crescer, para que quaisquer das suas fatias sejam maiores. É conhecida a tese do filósofo John Rawls: serão legítimas as desigualdades na estrita medida em que elas, por serem condição necessária e suficiente para incentivar a criação de riqueza, beneficiam a sociedade no seu todo, em especial os menos favorecidos. Mas o nível de desigualdade que conhece hoje o mundo vai muito para além do que, de acordo com a tese de John Rawls, seria estritamente necessário para incentivar a criação de riqueza e beneficiar, assim, a sociedade no seu todo. A desigualdade assim legitimada seria uma desigualdade mínima, quando conhecemos uma desigualdade máxima. A experiência destes trinta anos tem revelado que os mais desfavorecidos não têm beneficiado todos, mesmo em termos absolutos, do crescimento económico.

Os níveis crescentes de desigualdade colidem com um princípio básico da doutrina social da Igreja, reafirmado pela *Populorum progressio*: o do destino universal dos bens. De acordo com este princípio, Deus criou os bens da terra para o serviço de todas as pessoas sem exceção. E colidem também com o princípio da fraternidade. Uma sociedade assim tão desigual não poderá ser uma sociedade coesa e fraterna. Uma qualquer comunidade não pode ser coesa e unida quando um abismo tão grande separa os seus membros. Esse abismo enfraquece o desejável sentimento comum de pertença.

A *Populorum progressio* advoga limites ao comércio livre. Nela se lê (n. 58): «Quer dizer que a regra da livre troca já não pode, por si mesma, reger as relações internacionais. As suas vantagens são evidentes quando os países se encontram mais ou menos nas mesmas condições de poder económico: constitui estímulo ao progresso e

recompensa do esforço. Por isso os países industrialmente desenvolvidos vêm nela uma lei de justiça. Já o mesmo não acontece quando as condições são demasiado diferentes de país para país: os preços "livremente" estabelecidos no mercado podem levar a consequências iníquas. Devemos reconhecer que está em causa o princípio fundamental do liberalismo, como regra de transações comerciais.» E ainda (n. 59): «Continua a valer o ensinamento de Leão XIII, na encíclica *Rerum Novarum*: em condições demasiado diferentes, o consentimento das partes não basta para garantir a justiça do contrato, e a regra do livre consentimento permanece subordinada às exigências do direito natural. O que era verdade do justo salário individual, também o é dos contratos internacionais: uma economia de intercâmbio já não pode apoiar-se sobre a lei única da livre concorrência, que frequentes vezes leva à ditadura económica. A liberdade das transações só é equitativa quando sujeita às exigências da justiça social.»

Haverá quem diga que estas críticas à liberdade do comércio são datadas e que a experiência dos últimos cinquenta anos revelou como foi a abertura ao comércio livre internacional que permitiu que muitas pessoas (em especial, na China e na Índia) saíssem da pobreza.

Mas também assistimos hoje a um retomar dessas críticas à liberdade de comércio. Assim, as propostas da União Europeia de acordos de parceria económica com os países ACP (da África, Caraíbas e Pacífico) são contestadas por organizações não governamentais para o desenvolvimento que operam nesses países, por delas não resultar uma equitativa partilha de benefícios. Mas importa também salientar que outro tipo de críticas à liberdade de comércio (de que se fazem eco políticos como Donald Trump e Marine Le Pen) visam a proteção de empresas de países ricos contra a concorrência dos países em desenvolvimento, com o que estes serão prejudicados

O Papa Francisco tem criticado vigorosamente o sistema económico hoje prevalente. Mas importa salientar que (ao contrário do que por vezes se afirma, seja para o elogiar, seja para o criticar), não rejeita o mercado, antes *a autonomia absoluta dos mercados*. Afirmou recentemente, e a propósito, num discurso aos participantes num encontro promovido pela Academia Pontifícia das Ciências Sociais: «Devemos pedir ao mercado não apenas que seja eficiente na produção de riqueza e em assegurar um crescimento sustentável, mas também que se coloque ao serviço do desenvolvimento humano integral. Não podemos sacrificar no altar da eficiência – o “vitelo de ouro” dos nossos tempos – valores fundamentais como a democracia, a justiça, a liberdade, a família, a criação. No fundo, devemos ter como meta “civilizar o mercado”, na perspectiva de uma ética amiga do homem e do seu ambiente».

O progresso e a ecologia

Podemos dizer que hoje, cinquenta anos depois da *Populorum progressio*, é muito mais acentuada a consciência de que o desenvolvimento humano integral comporta a dimensão ecológica, a harmonia com a natureza.

Uma certa visão extremista, da chamada *deeeep ecology* (ecologia profunda), poderá até colocar em causa a própria noção de progresso: a referência será uma suposta “idade de ouro” situada num passado de incontaminação da natureza pela atividade humana.

Sobre esta questão, será oportuno citar a recente encíclica *Laudato Si* (n. 60):

«Num dos extremos, alguns defendem a todo o custo o mito do progresso, afirmando que os problemas ecológicos resolver-se-ão simplesmente com novas aplicações técnicas, sem considerações éticas nem mudanças de fundo. No extremo oposto, outros pensam que o ser humano, com qualquer uma das suas intervenções, só pode ameaçar e comprometer o ecossistema mundial, pelo que convém reduzir a sua presença no planeta e impedir-lhe todo o tipo de intervenção. Entre estes extremos, a reflexão deveria identificar possíveis cenários futuros, porque não existe só um caminho de solução.»

A *Laudato Si* não condena a ciência e a tecnologia, que qualifica como «um produto estupendo da criatividade humana que Deus nos deu», «remédio a inúmeros males, que afligiam e limitavam o ser humano» (n. 102). Condena aquilo a que chama “paradigma tecnocrático”, a pretensão de, já não intervir na natureza acompanhando as possibilidades por esta oferecidas, mas de «extrair o máximo possível das coisas por imposição da mão humana, que tende a ignorar ou esquecer a realidade própria do que tem à sua frente» (n. 106). E não condena o progresso, propõe um novo modelo, baseado mais no *ser* do que no *ter*. «Trata-se de abrir caminho a oportunidades diferentes, que não implicam frenar a criatividade humana nem o seu sonho de progresso, mas orientar esta energia por novos canais» (n. 196).

Já afirmava o *Compêndio da Doutrina Social da Igreja* (n. 473):

«A visão cristã da criação comporta um juízo positivo sobre a liceidade das intervenções do homem na natureza, inclusive os outros seres vivos, e, ao mesmo tempo, uma forte chamada ao senso de responsabilidade. De facto, a natureza não é uma realidade sacra ou divina, subtraída à ação humana. É, antes, um dom oferecido pelo Criador à comunidade humana, confiado à inteligência e à responsabilidade moral do homem. Por isso ele não comete um ato ilícito quando, respeitando a ordem, a beleza e a utilidade de cada ser vivente e da sua função no ecossistema, intervém modificando-lhe algumas características e propriedades»

O desenvolvimento e a demografia

Paulo VI resistiu, há cinquenta anos, na *Populorum progressio*, como noutros documentos do seu magistério, às influências (então particularmente fortes²) das teses da redução demográfica sem limites éticos e com recurso a métodos coercivos (n. 37), o

² No ano seguinte seria publicado o célebre livro *The Population Bomb*, que teve grande difusão e advogava a redução absoluta do crescimento populacional, com medidas coercivas, prevendo situações catastróficas a breve prazo, que nunca chegaram a verificar-se.

que se revela hoje plenamente justificado, numa época de “inverno demográfico” e quando até o governo chinês começa a aperceber-se dos malefícios da sua política do filho único.

Mesmo assim, ainda hoje se fazem sentir esse tipo de influências, agora a pretexto da defesa do ambiente. Recentemente, houve quem criticasse os duques de Cambridge (William e Kate) pelo mau exemplo que davam ao decidirem ter um terceiro filho.

Disse Papa Paulo VI no seu discurso na O.N.U., em 4 de outubro de 1965:

«A vossa tarefa é agir de modo que o pão seja abundante à mesa da humanidade, e não favorecer um “controle” artificial dos nascimentos, que seria irracional, com a finalidade de diminuir o número dos convivas ao banquete da vida.»

Sobre esta questão afirma o Papa Francisco na *Laudato Si`* (n. 50):

«Em vez de resolver os problemas dos pobres e pensar num mundo diferente, alguns limitam-se a propor uma redução da natalidade. Não faltam pressões internacionais sobre os países em vias de desenvolvimento, que condicionam as ajudas económicas a determinadas políticas de “saúde reprodutiva”. Mas, “se é verdade que a desigual distribuição da população e dos recursos disponíveis cria obstáculos ao desenvolvimento e ao uso sustentável do ambiente, deve-se reconhecer que o crescimento demográfico é plenamente compatível com um desenvolvimento integral e solidário”. Culpar o incremento demográfico em vez do consumismo exacerbado e seletivo de alguns é uma forma de não enfrentar os problemas. Pretende-se, assim, legitimar o modelo distributivo atual, no qual uma minoria se julga com o direito de consumir numa proporção que seria impossível generalizar, porque o planeta não poderia sequer conter os resíduos de tal consumo. Além disso, sabemos que se desperdiça aproximadamente um terço dos alimentos produzidos, e “a comida que se desperdiça é como se fosse roubada da mesa do pobre”.»³.

E disse também, a propósito, o Papa Francisco na sua recente visita à sede da F.A.O., por ocasião do Dia Mundial da Alimentação: «Para alguns, bastaria diminuir o número das bocas a quem matar a fome e assim resolver o problema; mas é uma falsa solução, se pensarmos nos níveis de desperdício de alimentos e nos modelos de consumo que desperdiçam muitos recursos. Reduzir é fácil, partilhar, pelo contrário, exige uma conversão, e isto é exigente».

Ou seja: a redução demográfica imposta aos países pobres é uma boa maneira de evitar a necessária redução do consumo dos países ricos. A *dívida ecológica* onera os

³ A revista *Nature* de dezembro de 2015 publicou as declarações do demógrafo Joel Cohen, segundo o qual a fome no mundo é devida, não ao excesso de população, mas ao facto de cerca de 55% da produção nutricional do planeta não ser destinada à alimentação humana (mas à alimentação de gado, ou à produção de combustíveis), ou ser desperdiçada, sendo que a restante é mal distribuída.

países ricos (que mais produzem e consomem e, por isso, mais poluem), e não os países pobres (pelo simples facto de a sua população ser maior).

Sobre a questão demográfica, mais genericamente, será oportuno citar Bento XVI na *Caritas in veritate* (n. 44):

«A abertura moralmente responsável à vida é uma riqueza social e económica. Grandes nações puderam sair da miséria, justamente graças ao grande número e às capacidades dos seus habitantes. Pelo contrário, nações outrora prósperas atravessam agora uma fase de incerteza e, em alguns casos, de declínio precisamente por causa da diminuição da natalidade, problema crucial para as sociedades de proeminente bem-estar. A diminuição dos nascimentos, situando-se por vezes abaixo do chamado “índice de substituição”, põe em crise também os sistemas de assistência social, aumenta os seus custos, contrai a acumulação de poupanças e, conseqüentemente, os recursos financeiros necessários para os investimentos, reduz a disponibilização de trabalhadores qualificados, restringe a reserva aonde ir buscar os “cérebros” para as necessidades da nação. Além disso, as famílias de pequena e, às vezes, pequeníssima dimensão correm o risco de empobrecer as relações sociais e de não garantir formas eficazes de solidariedade. São situações que apresentam sintomas de escassa confiança no futuro e de cansaço moral. Deste modo, torna-se uma necessidade social, e mesmo económica, continuar a propor às novas gerações a beleza da família e do matrimónio, a correspondência de tais instituições às exigências mais profundas do coração e da dignidade da pessoa. Nesta perspectiva, os Estados são chamados a *instaurar políticas que promovam a centralidade e a integridade da família*, fundada no matrimónio entre um homem e uma mulher, célula primeira e vital da sociedade, preocupando-se também com os seus problemas económicos e fiscais, no respeito da sua natureza relacional.»

O diálogo de culturas e civilizações

A *Populorum progressio* exalta o diálogo de civilizações («Entre as civilizações, como entre as pessoas, o diálogo sincero torna-se criador de fraternidade») (n. 73), assim como a noção de *fraternidade das nações e dos povos* (ns. 43 e 44).

São aspectos também atuais, num tempo em que cresce a hostilidade aos imigrantes e o *nacionalismo de exclusão* (vejam-se os resultados das últimas eleições na Alemanha, na Áustria e na República Checa)

As migrações são um fenómeno que há de marcar o futuro da Europa e de outros continentes e que está longe de ser passageiro (é incontornável – poderemos dizer). Na sua raiz estão as desigualdades de oportunidades nos vários pontos do mundo, mais visíveis devido aos progressos das comunicações. A crise demográfica na Europa torna, cada vez mais, imprescindível o recurso a trabalhadores migrantes (embora esse recurso não resolva o problema, apenas o atenua).

A mensagem do Papa Francisco, com os seus apelos ao acolhimento fraterno de refugiados e imigrantes surge, assim, no actual contexto, decididamente, “contra a

corrente”. Gestos emblemáticos, como os das suas visitas a Lampedusa ou à Grécia, ou o de lavar os pés de refugiados, permanecem na memória de todos.

O que move o Papa Francisco nessa sua solicitude é, acima de tudo, a fidelidade ao Evangelho: “Eu era forasteiro e vós recebestes-me” (Mt 25, 35). Já no Antigo Testamento podemos ler: «O estrangeiro que reside convosco será tratado como um dos vossos compatriotas e amá-lo-ás como a ti mesmo, porque foste estrangeiro na terra do Egito.» (Lv 19, 34).

Em várias ocasiões, Francisco propôs os verbos *acolher*, *proteger*, *promover* e *integrar* como as linhas-força da resposta comum por parte dos países de destino. Estes quatro verbos representam um dever de justiça, de civilização e de solidariedade.⁴

No seu discurso aos responsáveis pelas migrações das Conferências Episcopais Europeias (de 22 de setembro passado), o Papa afirmou a sua «preocupação diante dos sinais de intolerância, discriminação e xenofobia que se verificam em diversas regiões da Europa», «(...) com frequência motivadas pela desconfiança e pelo receio em relação ao outro, ao diverso, ao estrangeiro». E a sua ainda maior preocupação pelo facto de que «as nossas comunidades católicas na Europa não estão isentas destas reações de defesa e rejeição, justificadas por um não bem especificado “dever moral” de conservar a identidade cultural e religiosa originária».

Sobre esse suposto perigo de perda de identidade, diz o Papa nesse discurso : «A Igreja difundiu-se em todos os continentes graças à “migração” de missionários que estavam convictos da universalidade da mensagem de salvação de Jesus Cristo, destinada aos homens e às mulheres de todas as culturas. Na história da Igreja não faltaram tentações de exclusivismo e fechamento cultural, mas o Espírito Santo ajudou-

⁴ Num recente encontro, organizado pela COMECE, sobre o contributo dos cristãos para o projeto europeu (onde estive presente), o Papa afirmou a este respeito:

«É responsabilidade comum dos dirigentes europeus favorecer uma Europa que seja uma comunidade *inclusiva*, livre de um mal-entendido de fundo: inclusão não é sinónimo de nivelamento indiferenciado. Pelo contrário, somos verdadeiramente inclusivos quando sabemos valorizar as diferenças, assumindo-as como património comum e enriquecedor. Nesta perspetiva, os migrantes são um recurso, mais do que um peso. Os cristãos são chamados a meditar seriamente na afirmação de Jesus: “Eu era forasteiro e vós recebestes-me” (Mt 25,35). Sobretudo diante do drama dos refugiados, não podemos esquecer o facto de estarmos perante pessoas, as quais não podem ser escolhidas ou descartadas a seu bel prazer, segundo lógicas políticas, económicas ou até religiosas.» (não se justifica, pois, um tratamento diferenciado de refugiados cristãos ou muçulmanos).

«Todavia, isto não é contrário ao dever que recai sobre qualquer autoridade de governo de gerir a questão migratória “com a virtude própria do governante, isto é, a prudência”, que deve ter em conta quer a necessidade de ter um coração aberto, quer a possibilidade de integrar plenamente aqueles que chegam aos países no plano social, económico e político. Não pode pensar-se no fenómeno migratório como um processo indiscriminado e sem regras, mas também não podem erguer-se muros de indiferença ou de medo. Pela sua parte, os próprios migrantes não devem descurar o grave ónus de conhecer, respeitar e até assimilar a cultura e as tradições da nação que os acolhe».

Nestas palavras, vemos a resposta a acusações de irrealismo, como se a posição do Papa fosse de total e irresponsável abolição de fronteiras; assim como a demarcação de um multiculturalismo que conduza ao isolamento das várias comunidades de migrantes.

nos sempre a superá-las, garantindo uma abertura constante ao próximo, considerada uma possibilidade concreta de crescimento e de enriquecimento». E ainda: «De uma perspectiva missiológica, os fluxos migratórios contemporâneos constituem uma nova “fronteira” missionária, uma ocasião privilegiada para anunciar Jesus Cristo e o seu Evangelho sem se mover do próprio ambiente, para testemunhar concretamente a fé cristã na caridade e no respeito profundo pelas outras expressões religiosas. O encontro com migrantes e refugiados de outras confissões e religiões é um terreno fecundo para o desenvolvimento de um diálogo ecuménico e inter-religioso sincero e enriquecedor.»

Também a essa objeção, respondeu o Papa no discurso que deixou escrito quando visitou a Universidade *Roma Tre*, em 17 de fevereiro passado: «Considerando que a primeira ameaça à cultura cristã da Europa vem precisamente do seio da Europa, o fechamento em si mesmos ou na própria cultura nunca é a solução para voltar a dar esperança e realizar uma renovação social e cultural. Uma cultura consolida-se através da abertura e do confronto com as outras culturas, desde que haja uma consciência clara e madura dos próprios princípios e valores».

Na verdade, a perda da identidade cristã da Europa vem da sua própria infidelidade, não de uma qualquer “invasão”. E uma cultura forte não se perde no contacto com outras, antes com este se consolida e enriquece.

O desenvolvimento, novo nome da paz

Como referi no início, citando a encíclica *Sollicitudo rei socialis* (n. 10) a frase «o desenvolvimento é o novo nome da paz», constante do parágrafo conclusivo da encíclica *Populorum progressio* pode ser considerada a fórmula que a resume e que lhe dá uma classificação histórica. Aí se afirma: «A paz não se reduz a uma ausência de guerra, fruto do equilíbrio sempre precário das forças. Constrói-se, dia a dia, na busca de uma ordem querida por Deus, que traz consigo uma justiça mais perfeita entre os homens» (n.76).

Vem a propósito reflectir, à luz deste conceito de desenvolvimento como «novo nome da paz», sobre uma questão actual, que passo a expor.

O prémio Nobel da Paz foi este ano atribuído a uma plataforma internacional de organizações que pugna pela abolição universal das armas nucleares (a I.C.A.N.). Entretanto, um tratado internacional que obriga à destruição desse tipo de armas recolheu já a adesão de 53 países (mas de nenhuma das potências nucleares – é certo). O observador permanente da Santa Sé junto das Nações Unidas qualificou esse tratado como “profético”. Uma declaração conjunta dos presidentes da Conferência das Comissões *Justiça e Paz* Europeias e da Comissão *Justiça e Paz* da Conferência Episcopal dos Estados Unidos, de julho passado, também saudou o objetivo desse tratado. Por estes dias, decorre no Vaticano um colóquio com o título *Perspetivas para um mundo livre de armas nucleares e para o desarmamento integral*, com a presença de cinco prémios Nobel. E o Papa Francisco, em várias ocasiões, tem pugnado por essa abolição; voltou a fazê-lo ontem mesmo no discurso que dirigiu a essa conferência,

onde também aludiu à *Populorum progressio* e à ideia de «desenvolvimento como novo nome da paz».

Na verdade, as armas nucleares têm uma potência de destruição indiscriminada e incontrolável que está para além de qualquer exigência de contenção segundo critérios de legítima defesa ou de distinção entre combatentes agressores e não combatentes inocentes, o que torna o seu uso sempre moralmente condenável.

Há, porém, quem justifique a sua posse, e a simples ameaça do seu uso, como uma forma de dissuasão que evita guerras convencionais. A dissuasão mútua, o medo de consequências catastróficas que a ninguém beneficiariam e que representariam um suicídio coletivo, o “equilíbrio do terror”, evitaram uma terceira guerra mundial durante o período da guerra fria. E a O.T.A.N. (de que fazem parte potências nucleares) continua a basear a sua política numa estratégia dissuasora desse tipo. Há, por isso, quem considere a abolição das armas nucleares uma utopia.

Mas não é esta a verdadeira paz, sólida e duradoura, que não pode basear-se no medo e no terror, mas na confiança mútua. Ainda antes da queda do comunismo, e quando a dissuasão nuclear evitava que este se expandisse, João Paulo II declarou que essa dissuasão poderia ser moralmente aceitável apenas transitoriamente, que a ela não podíamos resignar-nos e que ela deveria dar lugar a um desarmamento multilateral.

Que a verdadeira paz e segurança não podem basear-se na dissuasão, revelam-no episódios recentes.

Quando, há alguns meses, a primeira-ministra britânica declarou que estava pronta a usar armas nucleares, porque se assim não fosse, o inimigo não levaria a sério a ameaça que elas representam, muitos ficaram chocados com essa sua afirmação. E outros consideraram que ela, uma pessoa com formação cristã (filha de um ministro da Igreja anglicana), não estaria verdadeiramente a falar a sério. É em terríveis paradoxos deste tipo que assenta a dissuasão nuclear.

As recentes atitudes provocatórias do governo norte-coreano, que pretende demonstrar a sua capacidade de usar armas nucleares, e as reações do presidente norte-americano a essas atitudes, também nos fazem pensar no risco, sempre presente, de que políticos a quem falte alguma sensatez possam mesmo usar essas armas. A qualquer momento, o “equilíbrio do terror” pode tornar-se “desequilíbrio do terror”. É este o «equilíbrio sempre precário das forças» de que fala a *Populorum progressio*.

Como já vimos atrás, o Papa João Paulo II apontou, na *Sollicitudo rei socialis*, a divisão do mundo em blocos como obstáculo ao desenvolvimento dos povos mais pobres. A corrida aos armamentos era uma das razões desse obstáculo. Depois do fim dessa divisão do mundo em blocos, seria de esperar, ao menos, uma redução global do armamento nuclear. Mas não é isso que se tem verificado. O prémio Nobel da paz deste ano e o tratado de abolição das armas nucleares são, na verdade, sinais “proféticos” que apontam o caminho da paz autêntica, baseada no respeito e na confiança mútuos, na

fraternidade, na justiça. É certo que não é de esperar que alguma das potências nucleares dê um primeiro passo sem outras fazerem o mesmo (o desarmamento só será expectável se for multilateral). E a abolição das armas nucleares deve ser inserida numa redução global de outro tipo de armas. Mas estas iniciativas servem para reforçar na opinião pública internacional a ideia de que deve ser esse o rumo a seguir, o da paz autêntica. E esta força, da sociedade civil internacional, há de chegar, mais tarde ou mais cedo, aos governos, que se convencerão que «o desenvolvimento é o novo nome da paz».

Coimbra, 11 de novembro de 2017

Pedro Vaz Patto